



# Anais da Assembléia

N.º 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XV

4.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 94.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1990.**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno e Sabino Campos (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, David Cheriegate, Irondi Pugliesi, José Alves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 184/90

Curitiba, 26 de outubro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder, a partir de 1.º de novembro de 1990, abono provisório aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual, nos valores e condições que especifica.

O plano de lei, ora submetido a essa augusta Casa, reflete a constante preocupação em manter a remuneração do Magistério em níveis os mais elevados possíveis, obviamente que dentro das possibilidades do erário estadual e decorre da exposição de motivos que, sobre o assunto, me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Administração, segundo a qual:

"A presente proposta tem como principal objetivo amenizar a grande defasagem salarial em que se encontra a categoria do magistério, procurando um denominador comum que venha de encontro dos anseios e necessidades da classe.

Partindo da premissa de que um piso salarial da forma manifestada pelos professores, se concedido, viria a encarecer sobremaneira os cofres públicos, tornando impraticável a sua manutenção, chegou-se ao consenso de que, visando a recuperação gradativa dos salários, e, fundamentalmente, respeitando as condições financeiras do Governo Estadual e a dignidade do professor, a concessão de um abono provisório, decrescente, de forma a melhorar os salários mais baixos, seria a maneira mais apropriada de se resolver o impasse.

O abono provisório, na forma como foi instituído pela Lei 9.373, de 24/09/90, passa, por esta proposta, a ser extensivo à Série de Classe "A", Nível de Vencimento 1, referência de 07 a 11, à Série de Classe "B", Nível de Vencimento 2, referência de 03 a 08, e à Série de Classe "C", Nível de Vencimento 3, referências 01 e 02 e aos professores de 5.ª a 8.ª séries, não licenciados, regidos pela CLT, na forma que dispõe a presente lei.

O custo estimado da presente proposta é de, aproximadamente, Cr\$ 31,9 milhões e beneficiará 16.146 cargos."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual fica concedido abono provisório, nas seguintes ba-

ses:

I - no valor de Cr\$ 4.933,89 (quatro mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e nove centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 1;

II - no valor de Cr\$ 4.573,19 (quatro mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e dezenove centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 2;

III - no valor de Cr\$ 4.200,54 (quatro mil, duzentos cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 3;

IV - no valor de Cr\$ 3.815,61 (três mil, oitocentos e quinze cruzeiros e sessenta e um centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 4;

V - no valor de Cr\$ 3.417,96 (três mil, quatrocentos e dezessete cruzeiros e noventa e seis centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 5;

VI - no valor de Cr\$ 3.007,27 (três mil, sete cruzeiros e vinte e sete centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 6;

VII - no valor de Cr\$ 2.582,88 (dois mil, quinhentos e oitenta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 7;

VIII - no valor de Cr\$ 2.144,64 (dois mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros e sessenta e quatro centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 8;

IX - no valor de Cr\$ 1.691,84 (hum mil, seiscentos e noventa e um cruzeiros e oitenta e quatro centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 9;

X - no valor de Cr\$ 1.224,14 (hum mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e quatorze centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 10;

XI - no valor de Cr\$ 741,05 (setecentos e quarenta e um cruzeiros e cinco centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 11;

XII - no valor de Cr\$ 3.294,25 (três mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros e vinte e cinco centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 1;

XIII - no valor de Cr\$ 2.879,41 (dois mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros e quarenta e um centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 2;

XIV - no valor de Cr\$ 2.450,86 (dois

mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e oitenta e seis centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 3;

XV - no valor de Cr\$ 2.008,26 (dois mil, oito cruzeiros e vinte e seis centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 4;

XVI - no valor de Cr\$ 1.550,95 (hum mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros e noventa e cinco centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 5;

XVII - no valor de Cr\$ 1.078,59 (hum mil, setenta e oito cruzeiros e cinquenta e nove centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 6;

XVIII - no valor de Cr\$ 590,66 (quinhentos e noventa cruzeiros e sessenta e seis centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 7;

XIX - no valor de Cr\$ 86,59 (oitenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 8;

XX - no valor de Cr\$ 780,12 (setecentos e oitenta cruzeiros e doze centavos), aos integrantes da Série de Classe C, Nível de Vencimento 3, referência 1; e

XXI - no valor de Cr\$ 282,29 (duzentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte e nove centavos), aos integrantes da Série de Classe C, Nível de Vencimento 3, referência 2.

Parágrafo Único - Aos integrantes do Magistério contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, que ministram aulas de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> Séries do 1.<sup>o</sup> Grau, código TF-58 - JA, será pago salário com base no valor do vencimento dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 3, a regência de classe e o abono provisório de que trata esta lei.

Art. 2.<sup>o</sup> - O abono de que trata o artigo 1.<sup>o</sup> e seu parágrafo único, da presente lei é vantagem autônoma e insuscetível de incorporação, não podendo servir de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros vigoram a partir de 01 de novembro, ficando revogados o artigo 2.<sup>o</sup> e respectivos incisos e o artigo 3.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 9.373, de 24 de setembro de 1990 e demais disposições em contrário.

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 185/90

Curitiba, 26 de outubro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a instituição do vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.

O plano de lei, ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consubstancia ato que tem como objetivo principal atender às necessidades de despesa dos servidores com transporte coletivo.

O anteprojeto de lei busca tornar realidade a norma inserida na Constituição Estadual, art. 235 das Disposições Gerais, que assegura aos servidores públicos a percepção do benefício do vale-transporte, e nesta perspectiva revela-se de grande alcance social porquanto a imensa maioria dos servidores públicos, sem possuir condução própria, depende do transporte coletivo para ter acesso ao seu local de trabalho.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, observadas as condições e limites constantes da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, para utilização efetiva em despesa de deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa, aplicável a todos os servidores públicos, independentemente do regime jurídico a que estiver subordinado.

Art. 2º - O vale-transporte deve ser utilizado no sistema de transporte coletivo público urbano, intermunicipal ou interestadual, com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou por particulares, mediante concessão, em linhas regulares, com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Art. 3º - O Estado do Paraná, pelos seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, participará das despesas de deslocamento do servidor com ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração.

Art. 4º - O vale-transporte concedido por esta lei não se incorpora à remuneração do servidor, para qualquer efeito.

Art. 5º - É vedada a substituição do vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

Parágrafo Único - Ressalvado o disposto no "caput" deste artigo, no caso de falta ou insuficiência do vale-transporte, necessário ao atendimento da demanda, o servidor será ressarcido na folha de pagamento imediata, no que pertine à parcela correspondente, quando tiver efetuado por conta própria a despesa de deslocamento.

Art. 6º - A falsidade na declaração firmada em formulário próprio ou uso indevido do vale-transporte constituem motivo para aplicação de penalidade, na forma da legislação específica.

Art. 7º - A presente lei será regulamentada em 60 (sessenta) dias, por ato do Poder Executivo.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Indicação:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, vem, pelo presente, proceder à indicação de Deputados para comporem a CPI da Saúde, na forma que se segue:

TITULARES	SUPLENTES
José Felinto	Orlando Pessuti
Dirceu Manfrinato	Lauro Lobo Alcantara

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 453/90, que objetiva ceder, em caráter de utilização gratuita à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, parte do imóvel ocupado pelo Colégio Julia Wanderley, nesta Capital.

REQUER, outrossim, a inclusão do referido projeto na sessão plenária da próxima segunda-feira, dia 29 de outubro, com a constituição da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) CAÍTO QUINTANA.

##### REQUERIMENTO N° 2410

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 506/90 que "reconhece de Utilidade Pública a APAE de São Jorge

do Oeste".

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 2411

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 504/90 que "reconhece de Utilidade Pública a APAE de Barracão".

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 2412

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 111/90 que "altera a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações da área proposta para o município de FLOR DA SERRA".

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 2414

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 519/90 que "altera a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações do município de FLOR DA SERRA, constante do art. 1° da Lei n° 9300, de 18.6.90".

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 2430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 112/90, que autoriza o Poder Executivo a alienar as terras que especifica, no município de Pitanga, com a posterior inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária de quarta-feira, dia 31 de outubro, transformando-se a Assembléia em Comissão Geral, para apreciação da matéria.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 152/90 que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a

serem obedecidos na sua utilização.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação e Retirada por 30 sessões após a votação do Projeto de Lei n° 266/90.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 498, 494, 470 e 266/90, todos com discussão encerrada na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 521/90, que dispõe sobre a contratação de artistas pelos órgãos públicos da Administração Direta.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 525/90, que declara de obrigatoriedade de contratar atendentes e/ou técnicas de enfermagem para atuarem junto às Escolas Primárias e Pré-Primárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 524/90, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Viracopos e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 3.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 522/90, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sokolski NZ, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 523/90, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 53/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de MAUÁ DA SERRA, desmembrado do Município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 54/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de PIRAPÓ, desmembrado do Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final aos Projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 499/90, por duas (02) sessões.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 376/90, que cria o Colégio Agrotécnico Estadual Padre Olímpio Jesuíta, a ser instalado no Pólo Educacional da sede de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Resolução n° 113/90, que cria o Município de TAMARANA, desmembrado do território de Londrina.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 473/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PALMITÓPOLIS, desmembrado do Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 2407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 49/90, que autoriza a realização de plebiscito em Guaraniaçu, para que a população decida sobre a criação do Município de DIAMANTE DO SUL.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 50/90, que autoriza a realização de plebiscito em Corbélia, para que a população decida sobre a criação do Município de ANAHY.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 2417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 500/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 160/90, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Porecatu, termo de cessão de uso de imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO N° 2421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 529/90, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Médico José Cardoso Azevedo.

Sala das Sessões em 30.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 534/90, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Miguel Nasser Filho.

Sala das Sessões em 30.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciar o Projeto de Lei n° 152/90, que cria a comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a serem obedecidos na sua utilização.

Sala das Sessões em 30.10.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 4° aniversário do Município de ROSÁRIO DO IVAÍ, a ser comemorado em 30 de outubro próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- José Augusto Barbosa - Prefeito Municipal.

Rua Cornélio Procópio, S/N - Rosário do Ivaí - PR.

- Carlos Roberto Wosiack - Vice-Prefeito.

Rua Cornélio Procópio, S/N - Rosário do Ivaí - PR.

- Luiz Antonio Diniz - Pres. da Câmara Municipal.

Rua Cornélio Procópio, S/N - Rosário do Ivaí.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 35° aniversário do Município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, a ser comemorado em 30 de outubro próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Ivens Simão - Prefeito Municipal.

Praça América, 354 - São João do Ivaí - PR.

- Lindro Rodrigues - Vice-Prefeito.

Praça América, 354 - São João do Ivaí - PR.

- Adilson Calixto - Pres. da Câmara Municipal.

Praça América, 354 - São João do Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 29º aniversário do Município de CAMBIRA, comemorado em 22 de outubro próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- José Decíneo Catâneo - Prefeito Municipal.

Rua Argentina, 95 - 86.890 - Cambira - PR.

- Francisco Pereira - Vice-Prefeito.

Rua Argentina, 95 - 86.890 - Cambira - PR.

- Laércio Barriquello - Pres. da Câmara Municipal.

Rua Argentina, 95 - 86.890 - Cambira - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2440

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, a fim de atender solicitação da Câmara de Vereadores de Pato Branco, solicitando Posto Telefônico para a localidade de Rancho Alegre, daquele Município.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Em sessão ordinária do dia 22.10.90, a Câmara de Vereadores de Pato Branco aprovou por unanimidade, requerimento do edil Ilário Antonio Toniolo, solicitando ao Sr. Prefeito Municipal as providências para instalação de telefone na localidade em tela, face o grande número de moradores que poderão ser atendidos, facilitando seus negócios com a sede do município e região.

#### REQUERIMENTO N° 2455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encarecendo providências tendentes à instalação da Segunda Vara Cível da Comarca de Pato Branco, já criada por aquela Colenda Corte.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do Inteiro Teor do artigo do jornalista Mauro Santayana, publicado no Jornal da Tarde, edição do dia 12 de outubro do corrente ano, sob o título "Poderes", e que seja dada ciência deste ao mencionado jornalista, bem como ao diretor responsável do Jornal da Tarde, jornalista Ruy Mesquita.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO N° 2441

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais e considerando:

01. Que o atendimento prestado pelos servidores lotados na estrutura da Superintendência Regional Sul da SANEPAR vem se efetivando a contento, desde 1979, quando a área de abrangência incluía também a atual Superintendência Regional do Oeste, sediada em Cascavel;

02. Que o nível de atendimento sempre foi considerado de ótima qualidade, em função da capacitação profissional da equipe de pessoal, formada ao longo de mais de 10 (dez) anos;

03. Que a equipe de pessoal vem sendo formada desde 1976, quando houve a interiorização da Superintendência Regional Nordeste, sediada em Londrina, e da Superintendência Regional Noroeste, sediada em Maringá, com a especialização do pessoal em todos os níveis, através da experiência, treinamentos, cursos e estágios;

04. Que face à localização geográfica da SRS inexistente a rotatividade do pessoal técnico, que traz inúmeros prejuízos ao atendimento dos sistemas de abastecimento de água em operação;

05. Que no interior (Ponta Grossa e Guarapuava) não existem escolas formadoras de técnicos que, normalmente, têm que ser transferidos de Curitiba, prejudicando sobremaneira a seleção e recrutamento para concursos externos;

06. Que a SRS será totalmente desestruturada uma vez que em Ponta Grossa não haverá pessoal suficiente para o preenchimento das vagas e, no caso de transferência de pessoal de outras áreas, haverá necessidade de treinamentos, preparação e adaptação não inferior a 02 (dois) anos;

07. Que a SRS, ao longo dos anos, sempre se preocupou em estruturar a Divisão de Manutenção Eletro-Mecânica (DVME), com a oficina, equipamentos, instalações físicas e pessoal da melhor qualidade, que além da SRS, pudesse atender também às necessidades das demais superintendências



regionais, com serviços técnicos de elevação grau de dificuldade, na qualidade e prazos que garantissem a eficácia operacional de nossos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários;

08. Que a Gerência Regional Curitiba - GRCT, devido à proximidade com a SRS deverá necessariamente ser estruturada com pessoal técnico para as atividades das áreas de manutenção eletro-mecânica, controle de qualidade, engenharia, oficina, ferramental e veículos, gerando novas e elevadas despesas;

09. Que as distâncias entre Gerências e Escritórios Regionais atuais, não serão diferentes daquelas propostas para a nova sede da SRS em Ponta Grossa, pelo contrário, dificultando ainda mais o atendimento aos sistemas do litoral, que ficariam subordinados a Ponta Grossa;

10. Com a futura passagem do Escritório Regional de Campo Largo para a Superintendência Metropolitana, SME-Curitiba e assunção de Paranaguá, formando futuramente a Gerência do Litoral, a Gerência Regional Curitiba - GRCT, estará fadada ao desaparecimento, criando-se novas situações negativas sociais e operacionais;

11. Que, em função da proximidade com a Administração Central, existe a facilidade para a rotatividade por troca ou substituição de servidores nos planos administrativo, técnico e gerencial, sem despesas adicionais de transferência, ajuda de custos e auxílio-mudança;

12. Que, devido à proximidade com a Administração Central, existem inúmeros fatores positivos de atendimento e de contatos profissionais;

13. Que a Superintendência Regional Sudeste e Gerência Regional Curitiba possuem todo um sistema telefônico, instalado e suficiente para a demanda dessas estruturas, e em Ponta Grossa haveria a necessidade de aquisição e instalação de uma nova central, além de outros sistemas de comunicação;

14. Que a Superintendência Regional Sudeste, SRS, ocupa, atualmente, imóveis próprios e perfeitamente adequados às necessidades, sem qualquer despesa com aluguéis, o que se dará em Ponta Grossa;

15. Que a Superintendência Metropolitana SME-Curitiba terá que assumir sistemas de abastecimento de água que atualmente pertencem à SRS, caso se efetive a transferência para Ponta Grossa e o consequente desaparecimento da Gerência Regional de Curitiba.

A SME foi criada para operar o Sistema Curitiba e Sistemas Integrados,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio à Superintendência da SANEPAR, do seguinte:

# PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. É procedente a informação de que a Diretoria da Companhia de Saneamento - SANEPAR, deliberou e aprovou em reunião a transferência de toda a Estrutura da Superintendência Regional Sudeste - SRS, para a cidade de Ponta Grossa?

02. Quais as razões para o fato?

03. De que forma tende a ser concretizada a transferência?

04. Quais as providências já tomadas?

05. Qual o montante de gastos previstos para a concretização da transferência?

06. Quais os estudos que indicaram a necessidade e/ou utilidade da transferência? (enviando o estudo com especificações administrativas, técnicas e financeiras).

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2452

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, a Restauração do Processo Relativo ao Projeto de Lei n° 299/86, tendo em vista seu extravio durante a tramitação nesta Casa.

REQUER, outrossim, sua imediata inclusão na Ordem do Dia, para ser apreciado pela comissão geral.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) NILTON BARBOSA.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que o citado projeto de lei tem por escopo corrigir a descrição das divisas do município de São Jorge do Patrocínio, de molde a que venham coincidir com os originais da Planta Gleba São Jorge, cuja discrepância tem resultado em sensíveis prejuízos à população em face das dificuldades para tramitar assuntos relacionados a direitos sobre a área de terras que - por erro - ficou deslocado.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO N° 2413

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 26.10.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de VERÊ.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOÃO ARRUDA.

## JUSTIFICATIVA:

Desmembrado de Dois Vizinhos pela Lei



nº 4730, de 24 de junho de 1963, o município de Verê foi instalado a 26 de outubro de 1963. Caracterizado pela divisão minifundiária, a produção do Município sempre esteve baseada na agricultura e pecuária, o grande argumento defendido pelos que lutaram pela emancipação com a qual foi incrementada a atividade comercial alcançando cerca de 100 empresas, além de 17 indústrias e 40 prestadores de serviços, três agências bancárias e dois hospitais.

A grande promessa que estimulava os pioneiros, transformou-se em grata realidade com expressiva participação na economia sudoestina que hoje homenageamos, contando com o apoio unânime dos prezados Pares deste Parlamento.

## REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do Dia da Ciência e da Tecnologia, que se comemora em 16.10.90.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência, através da correspondência, ao Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Doutor Paulo Roberto Pereira de Souza, no sentido de, através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - informar a esta Assembléia Legislativa, no prazo legal, a respeito do seguinte:

a) - Fornecer cópia do projeto do "Emissário Submarino" bem como o material descritivo desse projeto constante da cláusula segunda do Termo Aditivo nº 116/89, datado de 06 de outubro de 1989, ao contrato de concessão número 21/72, entre a SANEPAR e a Prefeitura Municipal de Guaratuba, relativamente à construção da rede de esgotos dessa cidade.

b) Qual o ato administrativo da SANEPAR (decisão da Presidência, de setor técnico ou de eventual conselho) que ISENTOU DO PAGAMENTO DA TARIFA DE ESGOTO os proprietários de imóveis de Guaratuba, a partir de dezembro de 1990 e pelo prazo de 2 anos?

c) A SANEPAR está procedendo adiantamento de recursos financeiros (para posterior ressarcimento pela Prefeitura Municipi-

pal), para a realização das obras de construção da rede de esgotos de Guaratuba?

Em caso afirmativo especificar as datas e respectivas parcelas liberadas no presente exercício de 1990.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

É de fundamental importância para a Assembléia Legislativa do Paraná a obtenção das informações aqui solicitadas e que resultarão numa forma prática de estabelecer contacto direto no seu sentido mais amplo e bem abrangente quanto aos serviços daquela importante e conceituada empresa.

## REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Superintendente da SUPERREHMA, a fim de que seja procedido exames de análises laboratoriais de amostras de água das praias do nosso litoral, buscando estimar o número de coliformes fecais em período determinado de tempo, protegendo nossos banhistas, conforme procedimento idêntico nas praias dos Estados vizinhos.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Luiz Alberto Pinto de Carvalho, Mui Digno Superintendente da FUNDEPAR, solicitando sejam enviados esforços objetivando agilizar a liberação de recursos suficientes destinados à execução o mais breve possível, dos serviços de reparos no prédio que abriga a Escola Estadual "Professor Júlio Teodorico" ensino de 1º grau, de Ponta Grossa, em vista das precárias condições de conservação em que se encontra.

Deu origem à presente moção apelo formulado pela direção daquele estabelecimento, através dos ofícios nºs 102/90 e 103/90, bem como levantamento "in loco" efetuado pelo Setor de Engenharia DECOM, em que constata a premente necessidade da realização de reparos gerais no prédio, como: troca da cobertura, mudança da rede hidráulica e elétrica, esta última a que vem apresentando os maiores riscos, inclusive o de incêndio, além da pintura e outros.

É importante salientar que esta situação vem pondo em risco a segurança de alunos e professores, além do desgaste sofrido pelo próprio prédio que, como patrimônio público deve ser preservado, não só pelo seu valor imobiliário, mas, sobretudo pelo que representa para a comunidade estudantil.

Enfim, o apelo maior do parlamentar consiste prioritariamente na adoção de medidas que visam dotar essa tradicional Instituição de Ensino de Ponta Grossa das melhores condições para oferecer, como sempre o fez, a qualidade e o bem estar a sua clientela.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO N° 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, a fim de que seja liberado recursos para o término da construção de salas de aula, na Escola da Vila Izabel, município de Pato Branco, conforme convênio já existente.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

A demanda de matrículas para o próximo ano aumentou consideravelmente, comparado com o corrente, havendo assim, necessidade premente de mais salas de aula para o município de Pato Branco e também nas demais cidades do Sudoeste.

#### REQUERIMENTO N° 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Superintendência da TELEPAR, instalação de Posto Telefônico, na localidade de Santo Expedito, município de Pato Branco, a fim de atender solicitação da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 2439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, e a Senhora Secretária de Estado da Educação, a fim de que seja autorizado os serviços de reforma no Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, no Distrito de Bom Sucesso, município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 30.10.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A fim de atender solicitação da Câmara de Vereadores do Município de Pato Branco, em Sessão Ordinária de 22 próximo passado.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 542/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Acrescenta-se itens ao art. 23, II, grupo "B" da Lei n° 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23 - ...

I - grupo A: - ...

II - grupo B: - ..

1. - ...

2. - ...

- máquinas e equipamentos industriais destinados ao ativo fixo para a ampliação, modernização ou implantação de novas indústrias.

- máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo visando a modernização, ampliação, implantação ou renovação tecnológica dos setores de comércio, financeiros e de serviços.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 30.10.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná já se industrializou deixando de ter sua economia calcada somente na atividade agropecuária.

Muitos municípios do Paraná têm implantado áreas industriais, fazendo diariamente a empresários para que até se instalem, ao tempo em que acenam com garantias de condições de infra-estrutura e apoio do governo municipal.

Nosso parque industrial vem de modernizar-se nos últimos anos, assim como nossas atividades de comércio, finanças e de serviço, em ritmo que deve merecer nossa atenção para que possa ser incrementado ainda mais trazendo com isso maiores benefícios a nosso Estado.

Devemos viabilizar o incremento da atividade produtiva em nosso Estado.

Podemos dizer que, em uma primeira análise, estes benefícios serão sentidos no nível de emprego absorvendo maior quantidade de mão-de-obra, com necessidade de mais treinamento e conseqüente maior remuneração.

Em seguida teremos melhor performance das empresas ou firmas, que obrigatoriamente trará maior competitividade, maior faturamento e maior recolhimento de impos-

tos ao Estado.

Vemos como imperativo a alteração objeto deste projeto de lei que fará com que nossas empresas possam ampliar suas atividades, modernizando-se, inclusive, com renovação tecnológica.

Devemos observar que recentemente promovemos alteração na Lei n° 8933/89, que recebeu o número 9391, de 01 de outubro de 1990.

A proposta vincula tão somente os bens e equipamentos que venham a ser destinados ao ativo fixo das sociedades.

É o que submetemos à aprovação de nossos ilustres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 543/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA SEGUNDO EXÉRCITO DA SALVAÇÃO, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Analisando-se a documentação anexa verifica-se a atuação dinâmica da entidade apontada no presente plano de lei.

O reconhecimento público é, portanto, medida de justiça.

PROJETO DE LEI N° 544/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 1° da Lei Estadual n° 9235, de 30 de abril de 1990, passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada como de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA CANAÃ, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade corrigir a redação da lei que declarou de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Canaã.

Na propositura original foi veiculada, erroneamente, a sede da entidade no Município de Colombo, quando na verdade está localizada em Curitiba, mas apenas a creche mantida pela entidade se localiza naquele município.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 545/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a IGREJA APOSTÓLICA PRIMITIVA NO BRASIL, com sede e foro em Curitiba, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Analisando-se a documentação anexa, verifica-se a atuação dinâmica da entidade apontada no presente plano de lei.

O reconhecimento público é, portanto, medida de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a CPI da Saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei, em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação e retirada por 30 (trinta) Sessões após a votação de Projeto de Lei n° 266/90.- Rejeitado.

Em discussão o requerimento. Em votação. APROVADO.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber quem é o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio.

O SR. RUBENS BUENO - Então eu peço Verifi-

cação de Votação e a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à Verificação de Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas um pedido de informação a Vossa Excelência.

Está sendo aprovado em primeira e pedido para retirar por vinte sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por trinta sessões, após a aprovação ou se houver a negativa da votação...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu requeiro Chamada Nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Como informação. As campanhas dos gabinetes dos Deputados não estão funcionando.

Eu gostaria que Vossa Excelência mandasse verificar isso para nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Rogério Carvalho) - Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu fiz um requerimento de retirada deste projeto, em função de que nele está anexada uma relação do fundo de participação dos municípios e que não foi publicado no Diário da Casa e nem na Ordem do Dia. Além do mais, ele carece ainda de um estudo mais aprofundado porque na minha ótica e na ótica do Deputado Neivo Beraldin, ele traz alguns prejuízos para Curitiba. Nós, para não atrapalhar o andamento da sessão de hoje, para não estancar a sessão em cima desse projeto, nós vamos votar em primeira discussão e entraremos com pedido para retirada por cinco sessões no dia de amanhã.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Somente, Senhor Presidente, para esclarecer o Deputado Algaci Túlio: na Ordem do Dia da última quinta-feira foi publicado pelos avulsos em todos os assentos desta Casa, inclusive os Gabinetes, o Projeto de Lei nº 266/90. Portanto há mais de uma semana já está...

O SR. ALGACI TÚLIO - Não. Não está publicada uma relação de municípios que foi colocada pelo Deputado Caíto Quintana.

O SR. RUBENS BUENO - Eu gostaria também, Senhor Presidente, em caso da retirada

do Requerimento do Deputado Algaci Túlio, eu também retiro a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que realmente foi apresentado pelo Deputado Caíto Quintana que foi anexado ao projeto e não foi realmente publicado na Ordem do Dia de hoje e vai ser devidamente publicado quando o projeto retornar à Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu quero apenas justificar aqui de que nós já tivemos uma polêmica neste Plenário com relação a Curitiba, quando houve o desejo de passar as dívidas da Cidade Industrial para o Estado do Paraná. O Deputado Algaci Túlio está defendendo Curitiba, mas eu faço um apelo a Vossa Excelência, caro Presidente, que suspenda essa chamada nominal e acima de tudo os Deputados do Interior do Paraná, têm também por obrigação, como nós temos obrigação, meu caro Presidente, de defender as cidades pequenas, porque Curitiba nós sabemos que é a Capital do nosso Estado, a quem respeitamos muito, mas já é uma capital que tem seu potencial de industrialização muito grande e quando, digo, enquanto no Interior do Paraná nós não temos esse potencial e nem um percentual que poderia ser paralelo com a Capital do Estado.

Então, Deputado Algaci, nós entendemos a sua posição de defender Curitiba, mas a nossa Bancada fechou um compromisso moral com o Deputado Rubens Bueno e que eu acho que a nossa Bancada deve cumprir esse compromisso de votar beneficiando os pequenos municípios. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Algaci Túlio sugere para trinta sessões, agora alterado para cinco sessões, a retirada do Projeto de Lei nº 266/90 e a Mesa fará a publicação também do Mapa apresentado pelo Deputado Caíto Quintana na sessão de ontem.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - Não, Senhor Presidente, eu estou pedindo questão de ordem. A questão do Requerimento que o Deputado Algaci Túlio apresenta, segundo eu entendi ele foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. O projeto na fase de votação não pode

ser retirado. O Requerimento solicita, após aprovação, a retirada por trinta sessões, agora por cinco sessões, o Projeto de Lei n° 266/90.

O SR. RUBENS BUENO - Então eu peço a chamada nominal para saber sobre o Requerimento que ele acaba de alterar. Verificação de votação para a proposta que ele acaba de alterar, porque eu entendi, Senhor Presidente, que ele concordaria com a primeira discussão hoje e reapresentaria o projeto amanhã, digo, reapresentaria o Requerimento amanhã, transferindo por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento de autoria do Deputado Algaci Túlio, que solicita a retirada por cinco sessões do Projeto de Lei n° 266/90, queiram levantar-se.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Que aprova ou que não aprova, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Que aprovam o Requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu, na minha questão de ordem, eu deixei claro que nós votaríamos hoje o projeto em 1.ª discussão e entrariamos amanhã com o Requerimento pedindo a retirada por cinco sessões.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - A Mesa já informou que não é possível a retirada. Eu acho que deve manter a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter a voto o Requerimento do Deputado Algaci Túlio. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Rejeitado.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agora, Senhor Presidente, numa questão de ordem, que amanhã entrarei com um requerimento pedindo a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai retirar "ex-officio" o requerimento para publicação do mapa apresentado pelo Deputado Caíto Quintana.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 498, 494, 470 e 266/90, todos com discussão encerrada na Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Esta Presidência tem sido acusada por

alguns Prefeitos de tentar impedir a votação desta matéria. Alguns jornais como este aqui (mostrando o jornal) em manchete: "Por culpa de Anibal Khury, municípios estão falindo".

Vou fazer um pronunciamento da Presidência a respeito do assunto antes de submeter a matéria à votação.

(Lê):

"1. Em face dos pedidos de suplementação orçamentária apresentados pelo Poder Executivo, alguns Prefeitos Municipais têm investido contra esta Assembléia Legislativa, sua Mesa e seus membros. Alegam que a falta de repasse de recursos estaduais está obrigando à paralisação das Prefeituras, com prejuízo para as respectivas populações.

2. A realidade é que do orçamento atual, já suplementado para a casa dos 135 bilhões de cruzeiros, os pedidos atuais de suplementação em tramitação, pela Mensagem que gerou o projeto de lei n° 440 e outros, não passam de 5,1 bilhões. Desse montante não mais de dois bilhões se destinam a projetos que poderão ser objeto de repasse a municípios.

E as verbas para pagamento de professores conveniados estão sendo aprovadas, por consenso de todos os Parlamentares.

3. De modo que, se alguma Prefeitura está fechando as portas, deve ser por outros motivos.

Seguramente seus administradores não se ativeram aos princípios de competência e austeridade requeridos para a gestão de recursos públicos.

4. A Constituição Estadual vigente assegura a autonomia municipal, para que essa entidade preste os serviços públicos de natureza local, previstos no artigo 17. Se os prefeitos reclamantes confessam que não estão administrando seus municípios, sonegando serviços básicos à população e dizem que só poderão resolver tais problemas com recursos vindos de fora, a situação é preocupante.

5. Em algumas Prefeituras há claros indícios de emprego irregular de fundos públicos, o que vai ensejar uma inspeção extraordinária do Tribunal de Contas.

6. Se as Prefeituras estão em crise, tais Prefeitos não têm autoridade para vir a público sacar críticas infundadas contra autoridades de um nível político superior, a saber, o Poder Legislativo Estadual.

7. Se tais Prefeitos o fazem estimulados por outrem, procedem mal contra suas populações, por expô-las ao vexame de pública desautorização. Se o fazem por motivo próprio, revelam desrespeito à autoridade constituída além de se sujeitarem a procedimentos legais, em defesa das prer-

rogativas deste Poder Legislativo.

8. Mesmo porque, se recursos faltam, a título de verbas estaduais cujo repasse depende de análise desta Assembléia, a responsabilidade não é deste Poder e muito menos da Presidência, que vem concedendo suplementações vultosas ao Executivo, mas de quem tardou nas providências a seu cargo, deixando para requerer as suplementações quando as rubricas orçamentárias anteriores já estavam esgotadas.

9. Por fim, este Parlamento repele e devolve as críticas injustas feitas à sua Mesa e a seus integrantes. O povo é o único juiz político de seus atos e não cabe a autoridades menores desafiar o Parlamento, de vontade própria ou agindo como apaniguados de terceiros, que se escondem num anonimato comprometedor. Pela Democracia, em defesa do Parlamento e da ordem pública!

(Termina de ler).

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, acima aprovado:

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 498/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 169/90), que aprova os Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 9173, de 27/12/89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 (Três bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento das programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, devidamente aprovado, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 498/90

#### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 169/90, tem por finalidade aprovar os créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 9.173 de 27/12/89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 destinados ao atendimento às programações prioritárias desenvolvidas pela administração pública do Paraná.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o projeto em tela atende ao disposto no artigo 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) EDUARDO BAGGIO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a voto os projetos. Em votação o relatório do Deputado Eduardo Baggio. Com parecer favorável.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto "suplementação de verbas" e mais esta suplementação do Governo do Estado do Paraná tem sido destaque da Imprensa de todo o Estado do Paraná. Parte da Imprensa noticiando tudo a respeito, outro segmento da Imprensa noticiando apenas a posição de uma parte, não ouvindo a outra, mas enfim, um assunto que tem dado "panos para mangas".

Nós tivemos a oportunidade ontem de vir até esta tribuna e dizer de nossa posição, que não votaríamos da maneira como se encontram esses projetos. Preocupado com o pagamento dos professores conveniados das Prefeituras Municipais, este Deputado propôs ao ilustre líder da Bancada do PMDB que fizéssemos um Substitutivo para votar o pagamento dos professores conveniados, em urgência urgentíssima, e depois fôssemos dar o trâmite normal como exige a Constituição do Estado do Paraná, como exige a Constituição da República, como exige o Regimento Interno da Assembléia para evitar problemas. O ilustre líder do PMDB este, a meu pedido em meu gabinete, na quinta-feira, foi aberta a discussão, mas não mais voltou a falar sobre o assunto, não mais nos procurou, não mais quis conversar a respeito. Paciência. O que acontecer daqui para a frente, não culpem este Deputado, nem a Bancada que represento nesta Assembléia.

Fui escolhido líder da Bancada do PRN nesta Casa e vou exercer esta liderança enquanto os companheiros entenderem que deva ser entregue a mim, dentro da lei, absolutamente dentro da lei. Esta minha posição agora não é a posição da Bancada do PRN porque já existe maioria para aprovar esses projetos de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado. Então neste instante, eu libero os ilustres companheiros da Bancada do PRN para que votem da maneira como bem entenderem para que não se configure uma posição partidária, mas é uma posição desse Deputado, da qual eu não abro mão. Eu disse ontem que se não hou-

vesse entendimento e se eu não conseguisse o atendimento aos meus direitos, pelo, menos que eu entendo, os meus direitos aqui, eu iria buscar esses direitos na Justiça e vou fazer isso amanhã cedo. Amanhã pela manhã, ingresso no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para fazer valer os meus direitos de Deputado Estadual do Paraná, eleito há 4 anos, com aproximadamente trinta mil votos.

O Regimento desta Casa, a meu ver, não permite a tramitação desta matéria como está tramitando. Senão diz o Capítulo do Regimento Interno sobre o Orçamento, e não me falem que é uma regulamentação do orçamento, porque sobre o orçamento só fala aqui no Regimento Interno e em mais nenhum lugar:

"Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário, em qualquer momento da Sessão, determinando em seguida a sua publicação em avulso e remessa à Comissão de Orçamento".

A matéria não foi remetida à Comissão de Orçamento porque não tem Comissão de Orçamento, eu sei disso, a Assembléia foi transformada em Comissão Geral - tudo bem - e esta Assembléia é a Comissão de Orçamento da Assembléia, por vontade de seus membros, e eu não discuto isso. Só que esta matéria não foi encaminhada à Comissão de Orçamento, que é a Assembléia, como deveria ter sido feito como manda o Regimento.

Durante dez dias contados da data da distribuição dos avulsos, o projeto ficará na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas. Nós não apresentamos nenhuma emenda e, de acordo com o Regimento, estamos impedidos de apresentar qualquer emenda para corrigir aquilo que entendemos errado por parte do Senhor Governador do Estado.

Expirado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento, no caso o ilustre Deputado Eduardo Baggio, deveria determinar a classificação, numeração e publicação das emendas no prazo máximo de sete dias, negando tramitação àquelas de que decorrer aumento de despesa global, etc., etc., não vem ao caso.

Os despachos de negatórios de trâmite já das emendas serão comunicação seus autores no prazo de 48 horas, os quais poderão interpor recurso por escrito para o plenário da Comissão de Orçamento nas 48 horas seguintes.

A Comissão de Orçamento, no caso o Deputado Baggio e esta Assembléia que se transformou na Comissão de Orçamento, ou na Comissão Geral, como queiram os Senhores, a Comissão de Orçamento terá prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar Parecer sobre projeto de lei

etc. e segue aqui aquilo que votamos, aquilo que orienta nossa votação.

Ninguém seguiu isto e eu pedi para que fosse seguido. A Assembléia não seguiu. E tem mais, não vou ler para não cansar.

O SR. NILTON BARBOSA - Vossa Excelência fala sobre o orçamento, não sobre a suplementação orçamentária.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Não, Deputado Nilton Barbosa, não é assim. Refiro-me no Regimento Interno só existe ...

O SR. NILTON BARBOSA - Está bem, o Regimento Interno está dizendo, sobre o orçamento. Mas o projeto ....

O SR. FERRARI JÚNIOR - Sobre o orçamento.

Onde a Constituição do Estado também fala, só existe aqui. Não existe em outro lugar. Temos que seguir esta orientação. E tem mais, Deputado Nilton Barbosa, é sabido e é regimental que qualquer proposta tem que constar, por exemplo, para não ir muito longe, ela tem que constar da pauta. Eu pergunto, esta matéria funciona ...

O SR. NILTON BARBOSA - Vossa Excelência manifestou que entrará amanhã na Justiça, vamos mandar para a Justiça, vamos parar a sessão.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Calma, Deputado.

Não é assim. Vamos tocar a sessão e a sessão será tranqüila. Não tem problema. Agora estou dizendo, estou advertindo, que se eu estiver errado, Deputado Nilton, tudo bem. Vou dar mão à palmatória. A Justiça vai dizer que estou errado. Agora, se eu estiver certo, não venham depois culpar-me por tudo isto, por acontecer o pior. Não me culpem depois. Procurei o diálogo. Procurei acertar aqui dentro da Assembléia, que é o nosso fórum legal, não foi possível. Vossa Excelência como disse que quer votar, tudo bem. Quer votar de afogadilho, tudo bem. A maioria determina, a maioria faz. E há maioria para isto. Não reclamem depois.

O SR. NILTON BARBOSA - Vossa Excelência disse que queremos votar de afogadilho, mas estamos aqui há mais de quinze dias tentando votar este projeto. Os Prefeitos já estão há cinco dias, deixando o Interior e vindo para cá. Isto não é votar de afogadilho. De afogadilho seria se tivéssemos votado desde o primeiro dia que entrou em pauta.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Não é nada disto, Deputado. Se o Regimento Interno tivesse ...



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No encaminhamento de votação não é permitido aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encontrarei hoje, analisando mais detidamente, porque não tivemos tempo de analisar, precisaríamos de mais tempo, por exemplo, depois eu passo para o ilustre Líder do PMDB com quem debatemos ontem, não tenho aqui agora, mas passarei a seguir para ele, existe uma verba de assistência social, o Deputado Antônio Annibelli sabe disto porque viu comigo ontem, discutiu, aliás me alertou para isto, existe uma verba de assistência social, está colocada para o DECOM, que é um departamento que constrói, que faz obras. Eu imagino, quero imaginar que seja um engano, que tenha acontecido um engano. Gostaria de corrigir com emendas. Mas emendas, Senhor Presidente, Vossa Excelência não pode aceitar porque o Regimento Interno não permite. A época que Vossa Excelência precisaria ter recebido as emendas era a época em que o relator teria que abrir o prazo de dez dias para receber emendas. O Relator não fez isto. Então, ficamos impossibilitados de abrir emendas.

Pergunto mais, precisamente àqueles que atuaram mais diretamente na Constituição do Estado do Paraná, como as Comissões Temáticas que foram formadas, como ao ilustre Relator da Constituição do Estado, que muito honrou esta Casa sendo Relator e conduzindo, bem o seu trabalho, - diga-se de passagem, verdade Deputado!

Sabe Vossa Excelência que o público, que o povo tem o direito de participar das votações. Não é verdade, Líder? E foi Vossa Excelência quem relatou isso. Então veja, como o povo tem condições, Senhores Prefeitos, não somos contra isso não. Como o povo tem condições, por exemplo, de fazer uma emenda a esse projeto do Senhor Governador do Estado, o povo tem o direito de, num aceno com a cabeça, dizer sim, sim nós sabemos. Como? Tem que fazer um número de assinaturas - não me lembro bem e apresentar à Comissão de Orçamento dizendo que não concorda com aquilo que o Governador colocou ali; mas, diante da tramitação da matéria, a Assembléia Legislativa também tirou o direito de participar dessa própria discussão.

Então está livre a Bancada do PRN, os Deputados presentes, Alborghetti, Deputado Luciano Pizzatto. Eu vou manter a minha posição por questão de coerência, não vou votar, vou me abster do voto, como fiz anteriormente. E, amanhã cedo, ingresso na Justiça buscando os meus direitos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Paulo Furiatti para encaminhar a votação.

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Parlamento hoje é composto de Deputados que ganharam as eleições e de Deputados que perderam as eleições. Este Parlamento aqui é composto de Deputados que não voltam mais ao Parlamento e por Deputados que voltam. Alguns voltam pelo sistema da política tradicional; outros, pelos seus méritos. Alguns foram derrotados nas urnas por erros próprios e pessoais; mas muitos foram derrotados nas urnas, das últimas eleições, por aquilo que se construiu neste País em relação à integridade e honorabilidade dos Poderes. E a responsabilidade disto está, de um lado, pelos falsos democratas e, de outro lado, pela atuação política dos próprios políticos.

Deputados que não vieram a esta Assembléia por quase um ano mas receberam os seus salários e agora sobem à tribuna com discurso demagógico olhando as eleições do dia 25 de novembro. Deputados que se pedirmos cinco projetos de interesse do povo não conseguirão apresentar, porque aqui não trabalharam, apenas pularam de galho em galho para estar sempre à sombra do poder.

Qual é a consideração?

Qual é a perspectiva que nós temos como políticos, quando saímos por aí pedindo votos e pagamos os nossos pecados mas também pagamos o pecado pela covardia da maioria de não assumir as suas posições e não defender os seus princípios.

Ora, Deputados que questionam uma Comissão Geral -, quando todos nós sabemos, sem hipocrisia, que todos os projetos deste ano foram aprovados por Comissão Geral.

Deputados que sobem à tribuna olhando na perspectiva de eleger o seu Governador e, com isto, amarrar os Prefeitos, desmoralizar as lideranças, ao invés de fazerem propostas concretas ao povo do Paraná.

Se alguém questionar Comissão Geral neste Parlamento, tem que questionar um por um dos Senhores Parlamentares e todos os projetos aqui apresentados.

Como é que vai-se apresentar ao Judiciário um pedido questionando Comissão Geral? E mais: confundem deliberadamente - como me dizia há pouco o Deputado Rubens Bueno - um projeto de orçamento com uma revisão orçamentária ou uma suplementação orçamentária!

O que o Deputado subiu aqui há pouco e disse foi de orçamento!

E aí está escrito no Art. 133, da Constituição Estadual, parágrafo 8º: "O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativos dos efeitos sobre as Receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia pela administração pública Estadual, detalhados de forma regionalizada e identificando os objetivos e capitais concessões.

Deputado Ferrari Júnior, teria razão, se nós estivéssemos discutindo projeto de Lei do Orçamento, mas não é isso que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo a Suplementação Orçamentária.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem dúvida nenhuma, que o debate a discussão a posição de cada Deputado num Projeto como foi feito até agora é válida. Mas tentar afogar os Prefeitos, que apoiam o candidato do Governador, para tentar ganhar a eleição, é a razão principal da desmoralização de nós políticos.

E nós, temos que não só que refutar, mas deixar claro a opinião pública. Porque o dia que o povo conseguir identificar claramente nas eleições, sejam municipais, estaduais ou federais, aqueles que são os hipócritas, daqueles que têm uma vida, que garante a legitimidade dos seus argumentos, nós começaremos a construir uma democracia e uma sociedade mais justa e perfeita. Muito obrigado.

O Sr. Ferrari Júnior - (Questão de Ordem)

Senhor Presidente: como não é permitido o aparte eu respeitarei o Regimento, isso seria permitir que o Deputado usasse da palavra, e a opinião dele é a opinião dele, eu respeito, espero que ele tivesse respeitado a minha. Só peço uma questão de ordem, porque não pude me dirigir ao Deputado que estava na tribuna.

Contudo, Senhor Presidente, espero que ele permita, que ele me dê o direito, ele disse que eu estou errado, que ele me dê o direito de provar que estou errado, quem vai provar não será ele, será a Justiça do meu Estado que irá provar; e de mais a mais, eu disse que o PRN não participa, os Deputados do PRN estão liberados, e se isto favorece o meu candidato a Governador, Vossa Excelência está dizendo, se eu impedir que saia este dinheiro favorece o meu candidato a Governador, quer dizer se sair este dinheiro, favorece o seu candidato a Governador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o Parecer do Deputado Eduardo Baggio, sobre o Projeto n. 498/90. Aprovado. (Dois votos contra).

Em votação, o Projeto, Senhores Deputados que aprovam o Projeto n. 498/90.

(Aprovado).

(Três votos contra).

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 494/90, de autoria do PODER EXECUTIVO Mensagem n. 173/90), que aprova Créditos Suplementares. Próprios de Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Parecer do Deputado Eduardo Baggio, já lido por sua Excelência, publicado no Diário da Assembléia.

(Aprovado).

(Dois votos contrários).

Em votação o Projeto n. 494/90.

(Aprovado).

(Votos contrários, devidamente anotado).

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 470/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 164/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 (Oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º Grau do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Parecer ao Projeto de Lei n. 470/90, Deputado Eduardo Baggio, já lido por Sua Excelência em Plenário.

(Aprovado).

(Votos contrários devidamente anotado).

Em votação o Projeto.

(Aprovado).

Os Projetos irão em 2.<sup>a</sup> Discussão.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 266/90, de autoria dos Deputados MÁRIO PEREIRA e CAÍTO QUINTANA, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 349/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que concede pensão mensal a Se-

nhora ZULEICA TEODORO DE OLIVEIRA, viúva do ex-Prefeito Antonio Teodoro de Oliveira, no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência. Aprovado. (Public. no DA. n. 106 de 27.11.89)

## EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 142/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor HOMERO TABAJARA CARDOSO LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁVEL, da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 239/90, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Imbituva - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 458/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que estabelece Incentivo Fiscal a empresas instaladas no Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 168/90), que institui a FUNDAÇÃO ESTADUAL DO VALE DO IGUAÇU-UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 499/90, por 02 (duas) Sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 499/90 por 02 (duas) Sessões.

## EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 518/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DO PARANÁ - APAP-PR, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 367/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA SANTA MARIA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 508/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA BACIA DO RIO DO CAMPO - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 515/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS e outros, que extingue o FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Lauro Lobo Alcantara, Cândido Bastos e diversos outros Senhores Deputados, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 515/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Namir Piacentini e outros, tem por finalidade extinguir o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos demais órgãos deste Poder.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

## PROJETO DE LEI N° 515/90

Art. 1° - O Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA criado pela Lei n. 6.639, de 5.12.74, modificada pela Lei n. 7.771, de 13.12.83, será extinto em 01 de fevereiro de 1991, entrando em liquidação a partir da vigência desta Lei, mantido o disposto no artigo 250 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2° - Até 11 de janeiro de 1.991 o patrimônio do FEPPA, incluídas as contribuições do período de liquidação e outras, após inventariado pelo Conselho Deliberativo, será integralmente transferido para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, devendo compor, o que couber, a con-

ta própria da dotação orçamentária do Poder Legislativo, ficando autorizada a abertura de créditos suplementares que forem necessários para o cumprimento desta lei.

Parágrafo Único - No prazo de "caput" o Conselho Deliberativo do FEPPA, também transferirá para a Assembléia Legislativa os arquivos, a contabilidade e o cadastro dos beneficiários e dos que, por atenderem as condições das leis referidas no artigo 1º e desta, terão assegurados os direitos nelas previstos.

Art. 3º - Operada a transferência do patrimônio, direitos, encargos e finalidades do Fundo para a Assembléia Legislativa, a qual, então, cumprirá a determinação do artigo 250 "in fine" da Constituição do Estado do Paraná e demais normas pertinentes, o Conselho Deliberativo do FEPPA promoverá o cancelamento dos registros junto aos órgãos competentes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(aa) Erondy Silvério, Lauro Lobo Alcantara, Cândido Bastos, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Pirajá Ferreira, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes e Homero Oguido.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.  
Emenda - Aprovada.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 520/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a SOCIEDADE CULTURAL PERU-BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 528/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE PSICODRAMA - SPP, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 368/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 488/90, de autoria do Deputado Caíto Quin-

tana, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o Colégio Cenecista Marechal Artur da Costa e Silva, Ensino de 1º Grau, no Município de Japira. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 339/90, autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui 1.991, como o "Ano dos Transplantes", cria a "Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de Serem Transplantados"; fixa para realização do "Encontro Estadual Sobre Transplantes", determina a promoção de concurso de reportagens e monografias e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 365/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresa do Setor Produtivo do Estado do Paraná- FPR e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Dispensa a Redação Final para os Projetos aprovados sem emenda. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n.º 2411, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2410, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2412, 2414, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2443, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2397, 2398, 2399, 2400, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2430, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2455, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2406, 2407, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2421, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2426, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2441, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2435, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2461, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2452, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2428, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2425, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2424, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2417, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2413, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2395, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2408, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2447, 2448, 2449, 2450, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2396, 2401, 2402, 2434, 2433, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2409, 2437, 2438, 2439, 2440, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2382, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, além dos pedidos de inclusão na Ordem do Dia, através de Comissão Geral que Vossa Excelência leu e foram aprovados hoje na Ordem do Dia, nós solicitamos a Vossa Excelência que determine à Assessoria da Mesa que inclua na Ordem do Dia, alguns projetos cuja inclusão já foi aprovada por este Parlamento. São os Projetos de Resolução n°s 54, 52, 53, 103 e 109. Todos já foram aprovados, menos o 109.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai examinar o pedido de Vossa Excelência, com muito cuidado.

Está encerrada a sessão, marcando outra para amanhã, Sessão Solene às 17:00 horas e outra para 5.<sup>a</sup> feira às 10:00 horas da manhã, sessão normal, com a seguinte Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de consultar Vossa Excelência se seria possível nós fazermos as duas sessões amanhã.

A primeira só para votar a matéria e em seguida a Sessão Solene.

Eu gostaria de contar com o apoio de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência tem demonstrado o espírito democrático e, nós gostaríamos da sua colaboração junto aos Prefeitos que aqui estão, que ficariam aqui e não precisariam viajar e depois voltar, meu caro Presidente. Gostaria de contar com o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado, infelizmente a Mesa não vai atender porque foi aprovado um requerimento solicitando essa Comissão Especial. Mas, marque-se sessão para 5.<sup>a</sup> feira às 10:00 horas da manhã.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - E a 3.<sup>a</sup> votação qual seria?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ou na 6.<sup>a</sup> feira, se a Assembléia aprovar, ou 2.<sup>a</sup> feira.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu então faço um requerimento a Vossa Excelência, pedindo para que haja sessão na 6.<sup>a</sup> feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só que a assessoria está informando que 6.<sup>a</sup> feira é Dia de Finados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Então, na 5.<sup>a</sup> feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aí não haverá o interstício de 24 horas.

Segunda-feira dia 5 a Mesa vai decidir amanhã ou 5.<sup>a</sup> feira, a forma regimental.

A Mesa não vai voltar atrás e marca para 10:00 horas de 5.<sup>a</sup> feira a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 31, uma Sessão Solene, às dezessete horas, em comemoração ao "Dia da Reforma" e aniversário das Igrejas Luteranas.

Marca ainda, para quinta-feira, dia 1.<sup>o</sup> de novembro, às dez horas, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 367/90, 508/90, 515/90, 520/90, 528/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 365/90, 368/90, 470/90, 488/90, 494/90, 498/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 309/89, 224/90 e 459/90.

DISCUSSÃO ÚNICA das Proposições n.ºs 12/90, 15/90, 16/90, 26/90, 55/90, 57/90 e 62/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 1990.

#### "PODERES"

Mauro Santayana

Não há, na história parlamentar do mundo, notícia de corpos legislativos imunes à corrupção, à preguiça, aos palavrões, aos pescoções e ao ridículo. Os parlamentos surgiram, nas sociedades primitivas, como apelo da razão contra a força - enfim, para que a borduna fosse substituída pela palavra. A ironia nem sempre basta, porém. Os adjetivos se tornam mais ásperos no curso dos debates e, muitas vezes, incitam os atos de ira. Em todos os tempos, em todos os lugares, as armas são chamadas para reagir aos insultos ou simplesmente substituir a razão, nas salas parlamentares. Em um dos mais famosos plenários, o do Senado Romano, os punhais de Cássio e Bruto dilaceraram a ditadura que habitava as entranhas de César e, ao longo do tempo, os ferros e o

chumbo têm servido para confirmar ou desviar o curso da história.

Os parlamentos são o que são as sociedades que os constituem, e nunca houve sociedades perfeitas. A cultura não chega a ser virtude moral, como tantos ingênuos supõem, e tampouco é virtude política. A kultur germânica, com o Sr. Heidegger de cambulhada, deu naquele bando de palhaços e assassinos. Recentemente tivemos a desestruturação do Sr. Althusser, como há 200 anos tivéramos a do Sr. Emmanuel Kant: o que parece ser lucidez absoluta pode ser a véspera da mais absoluta insanidade - pessoal e coletiva.

Quanto ao ridículo, não há o que falar. O já citado César, ao lembrarem, em debate no Senado, sua aventura com o rei de Bitínia (o episódio é esquecido pelos biógrafos mais conhecidos do grande estadista: para conseguir alguns navios emprestados, o jovem César consentiu em um encontro homossexual com o soberano), retrucou que servira a Roma de dois modos, como mulher naquela ocasião e como homem com Cleópatra. Não faz muito tempo, no civilizadíssimo Bundestag, em Bonn, uma representante dos verdes protestava contra a Natureza: não podia admitir que o ato físico de amor entre o homem e a mulher fosse como é, a seu ver um ato de violência machista. Quanto à corrupção, não temos muito o que dizer. Rara é a legislatura, nos Estados Unidos, em que não surja um escândalo, maior ou menor, envolvendo parlamentares até então tidos como exemplos de dignidade nos dois partidos. Na Europa, nem se fale: da Suíça à Dinamarca, e da Inglaterra à Portugal, os escândalos são rotineiros.

Pela violência, pela corrupção, pelo ridículo - devemos fechar os parlamentos do mundo? É claro que não. Disparam-se tiros nos parlamentos, mas se disparariam muito mais, nas ruas, se as câmaras não se reunissem. Há deputados irresponsáveis, que recebem sem comparecer ao plenário e às comissões? Talvez seja melhor que falem a que compareçam. Os subsídios ilegítimos que recebem, bem como os atos de corrupção registrados, são as taxas do inevitável. Trata-se de prêmios de seguro que a sociedade paga a fim de manter os seus direitos políticos. De qualquer maneira, estando abertos os parlamentos e, havendo eleições sucessivas, pode-se esperar que tais custos marginais se reduzam. Não podemos pretender um parlamento de anjos. Haverá sempre corruptos e corruptores, cretinos e malandros entre os escolhidos pelo povo.

O que não se diz é que tais exemplos são minoritários, e que o Congresso, enfrentando as dificuldades decorrentes de uma sociedade dinâmica e cheia de contras-

tes, trabalha. E trabalha muito. Os jornais não registram o que se passa nas comissões, nem mesmo refletem o que ocorre no Plenário. Durante quase 30 anos tudo se fez, neste país, para desmoralizar o Congresso, e os meios de comunicação, com má ou boa fé, dependendo dos casos, contribuíram para essa desmoralização. Que pretendem, ao atacar e ridicularizar a atividade parlamentar? Fechar o Poder Legislativo? E por que instituições querem substituí-lo? Por um colégio de anciões, pela Academia Brasileira de Letras ou pelo Alto Comando do Exército? Ou, quem sabe, por uma renovada Câmara dos Quarenta?

O Poder Executivo, no sistema presidencialista, tem repetido, no Brasil, a velha ojeriza dos reis pelas casas parlamentares. A televisão veicula, nestas semanas eleitorais, uma pequena história sobre o uso de carros oficiais, em que um dos personagens, com manifesto duplo sentido, diz ao chofer: "Quando passar perto do Congresso, o senhor avise." Trata-se de mensagem nada subliminar contra o Parla-

mento.

A mesma agência poderia, talvez, se tivesse sido contratada pelo Congresso e não pelo Planalto, dizer que a Câmara e o Senado, com toda a sua mordomia, com seus milhares de servidores e arcando também com o orçamento do Tribunal de Contas da União, custa à Nação mais ou menos um terço do que custa apenas a Presidência da República. Sobre isso não se fala.

O Congresso tem a sua culpa. Na era da propaganda e das comunicações de massa, o Parlamento é um Poder quase mudo. Os jovens jornalistas preferem as fofocas do Salão Verde ao que se passa no Plenário. As mesas da Câmara e do Senado não reagem, como deviam, aos ataques desferidos contra o Parlamento como um todo. O resultado está aí: ninguém sabe o que fazem os Deputados. Só sabem que eles ganham muito. Não entendem os eleitores que votaram em branco, em protesto contra o muito, que os seus verdadeiros inimigos não estão entre os que vivem dos subsídios, mas entre os que deles não necessitam.